

Trabalho e capitalismo dependente na formação social brasileira

Inez Stampa (PUC-Rio)¹

Ricardo Lara (UFSC)²

Vicente Rodrigues (UFRJ)³

Em um momento histórico no qual o pensamento crítico parece preso em armadilhas ideológicas individualistas ou fragmentárias, analisar as relações sociais adotando como referência analítica as categorias da crítica da economia política é tarefa que requer posicionamento teórico e político.

Ao abordarmos a dialética do trabalho e a formação social brasileira, não deixamos de situá-las no conjunto das contradições presentes na sociabilidade burguesa, em que a luta de classes, a exploração da força de trabalho, os estranhamentos, as manipulações ideológicas, o desenvolvimento desigual e combinado, a produção coletiva e a apropriação privada da riqueza social são elementos fundamentais (LARA, 2015).

Dessa forma, para compreender o desenvolvimento do capitalismo no contexto da América Latina e, em particular, na formação social brasileira, consideramos que a Teoria da Dependência, também denominada, nessa vertente, de Teoria Marxista da Dependência (TMD) nos deixou um precioso legado com a dialética da dependência: para entendermos a América Latina, precisamos partir da economia mundial capitalista, procurando compreender o sistema (as relações socioeconômicas e ideológicas controladas pelos países imperialistas) no qual a América Latina está inserida de maneira subordinada.

Ruy Mauro Marini, um importante formulador da TMD, partiu da realidade do predomínio do capitalismo no mundo, que ingressou em sua fase imperialista a partir do final do século XIX, para definir o que





seria dependência, ou seja, uma relação de subordinação entre nações, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência, condição necessária para o desenvolvimento e permanência do capitalismo.

Os países dependentes (ou de capitalismo periférico em relação aos países do centro da economia mundial) são aqueles formalmente independentes, mas econômica e politicamente dependentes porque se inseriram de maneira subordinada na divisão internacional do trabalho, na economia mundial. Esse aspecto acarretou uma forma específica de desenvolvimento nos países da América Latina (e aqui as particularidades dos países também devem ser consideradas), que é diferente das formas como se desenvolveram, por exemplo, a Europa e os Estados Unidos da América (EUA).

Para Marini, ainda que as economias dos países da região reproduzam as leis gerais do capitalismo, elas o fazem de uma forma específica (que ele denominou *sui generis*), daí a necessidade de se compreender essa especificidade regional. Para ele, não bastaria usar as teorias mais gerais para compreender a região, pois as leis gerais do capitalismo, que funcionam no mundo capitalista, também regem a economia da América Latina, só que de maneira intensificada e, até mesmo, disforme.

No plano econômico, a região é subdesenvolvida em comparação com os países avançados. Na divisão internacional do trabalho, a América Latina ocupa um lugar periférico, em oposição à inserção privilegiada das potências centrais. No aspecto político, sofre dependência, ou seja, margens estreitas de autonomia e contrapostas ao papel dominante exercido pelo império (KATZ, 2020, p. 137).

No Brasil, em especial em alguns círculos acadêmicos e políticos, a Teoria Marxista da Dependência e as obras de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio Dos Santos, seus principais elaborado-

res, vêm sendo mais divulgadas na última década. No entanto, além do conhecimento da interpretação original da dependência, é preciso atualizá-la diante dos novos desafios contemporâneos impostos pelo capitalismo e pelo imperialismo, ou seja, pela condição da dependência no século XXI.

Nesse ponto, são importantes as diferenças no ciclo da dependência contemporânea e o redesenho da divisão internacional do trabalho após a emergência do neoliberalismo. O predomínio extrativista na América Latina, a desindustrialização de países como Brasil e Argentina, o crescimento industrial asiático e os novos mecanismos de dominância financeira e tecnológica dos países imperialistas, em especial os EUA, são algumas transformações apontadas por Katz (2020) e que merecem atenção. Para ele, a teoria marxista da dependência clássica não daria conta de interpretar, por si só, esses novos fenômenos.

As relações internacionais são constituídas entre nações centrais e periféricas, assim como a formação socioeconômica capitalista é polarizada entre capital e trabalho e suas respectivas classes sociais. Por isso, as nações periféricas apresentam, em oposição às nações centrais, uma forma de desenvolvimento composta de contradições históricas e estruturais que as insere na condição de dependência.

A América Latina como um todo e o Brasil, em particular, pela sua trajetória demarcada pelo colonialismo e escravismo, por sua industrialização tardia e por sua inserção periférica, enfrentam, permanentemente, dificuldades para construir políticas autônomas, ainda que com certos aspectos democráticos. Em parte, pelas discrepâncias nas relações extremamente desiguais entre países, e em parte pela própria forma como se reproduz a estrutura da economia mundial, seja internamente às nações ou nos movimentos dos capitais globais, a dependência não é resultado de acaso fortuito, mas do próprio desenvolvimento das forças produtivas em sua condição desigual e combinada (RODRIGUES, 2022).



Tendo como ponto central de preocupação as reflexões sobre a formação social brasileira e o “mundo do trabalho”, com especial atenção à realidade do trabalho assalariado que, na cidade e no campo, carrega os signos da precarização, da opressão de gênero e do racismo, bem como da sua condição de capitalismo dependente, o objetivo do dossiê apresentado neste volume do *O Social em Questão* é analisar e identificar essas contradições procurando refletir também por que a dependência atinge status teórico-concreto, não sendo apenas um recurso discursivo-científico. Para tanto, toma como inspiração a obra de Ruy Mauro Marini, em especial a *Dialética da Dependência*, que completou, em 2023, 50 anos de sua publicação.

Neste ponto, é importante apresentar esse respeitável e, contraditoriamente, ainda pouco conhecido, pensador brasileiro.

Ruy Mauro Marini nasceu em 1932, na cidade de Barbacena, MG, filho de um funcionário público responsável pela cobrança de impostos “surpreendentemente – se se consideram as tentações que o cargo o expunha – honesto” (MARINI, 2011a, p. 56) e de uma dona de casa oriunda de uma tradicional família de latifundiários arruinada pelo fim da escravidão.

Sua trajetória acadêmica iniciou-se, em 1953, na Faculdade Nacional de Direito (FND), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que Marini reputava como o “grande centro de formação humanística brasileira” (MARINI 2011a, p. 57). Na FND, teve aulas memoráveis com Pedro Calmon e Hermes Lima, mas que não foram suficientes para fazê-lo seguir na carreira jurídica. De fato, o que mais o marcou nesse período não foram as teses jurídicas ou as análises hermenêuticas apresentadas por seus professores, mas, sim, o movimento estudantil realizado no Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (Caco).

Seu desalento com as letras jurídicas levou-o a se transferir para a Escola Brasileira de Administração Pública (Ebap), onde obteve o diploma de administrador e, em 1957, tornou-se professor assistente de Sociologia, credenciando-se a uma bolsa de estudos no prestigiado

Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Paris (*SciencesPo*). Foi durante esse período, em Paris, que Marini completou sua formação, aprofundando-se nos estudos da obra de Karl Marx (1818-1883), enquanto matinha colaboração constante com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), órgão das Nações Unidas.

No retorno ao Brasil, no início da década de 1960, contudo, afastou-se das teses desenvolvimentistas da Cepal, passando a colaborar ativamente com o grupo marxista Política Operária (Polop)⁴ e, academicamente, vinculou-se, a partir de 1962, à recém-criada Universidade de Brasília (UnB). Foi nesse período que entrou em contato, pela primeira vez, com as formulações e debates que dariam origem à Escola da Dependência (MARINI, 2011a, p. 52).

Cabe ressaltar, neste ponto, que a expressão *Teoria da Dependência* pode ser substituída, com benefícios para a precisão do conceito e entendimento do fenômeno, pela expressão *Escola da Dependência*, uma vez que não existe uma única teoria da dependência, mas, ao contrário, um conjunto razoavelmente diverso de teorias que assumem essa denominação, produzidas por autores de diferentes nacionalidades, metodologias e abordagens que, em comum, tem pouco mais do que o ponto de partida, qual seja, o pressuposto de que há uma articulação entre as causas do desenvolvimento e do subdesenvolvimento econômicos no âmbito do sistema capitalista internacional, isto é, que o subdesenvolvimento não é propriamente um estágio inferior e transitório, mas sim uma realidade complementar e concomitante ao desenvolvimento (RODRIGUES, 2022).

Ao economista teuto-estadunidense André Gunder Frank (1929-2005) é, normalmente⁵, reconhecido o pioneirismo no desenvolvimento dessa concepção, pela publicação, em 1966, do artigo *O desenvolvimento do subdesenvolvimento*, no qual expressa a ideia de que o subdesenvolvimento não se dá em razão da sobrevivência de instituições arcaicas e da falta de capitais em regiões que se mantiveram isoladas das correntes da história mundial. “Ao contrário, o



desenvolvimento foi, e ainda é gerado pelos mesmos processos históricos que também geraram as economias em desenvolvimento: o desenvolvimento do próprio capitalismo” (FRANK, 1966, p. 9).

Frank e Marini estabeleceriam, aliás, uma colaboração estreita na UnB, em que o autor teuto-estadunidense passou a lecionar em 1963. Contudo, no ano seguinte, em 1964, com o golpe militar de 31 de março, Marini foi expulso da universidade e, alguns dias depois, preso no Rio de Janeiro pelo Centro de Informações da Marinha (Cenimar), que o entregou à custódia do Exército, em Brasília, DF. Marini permaneceria preso até dezembro daquele ano, quando obteve um habeas corpus e, diante do risco de nova prisão, partiu rapidamente do país para uma série de três exílios que o marcariam profundamente, com reflexos para a sua produção acadêmica.

No primeiro exílio, no México, país de extensa tradição humanitária na recepção de exilados, assumiu a cátedra sobre a América Latina na Universidad Nacional Autónoma de México. Nessa condição, publicou *Subdesenvolvimento e revolução* (1969), trabalho no qual analisou as ditaduras latino-americanas e o comportamento da esquerda revolucionária da região. Sua influência sobre os alunos da universidade, num período de grande agitação estudantil no México, contudo, teve como resultado sugestões veladas do governo mexicano de que Marini não era mais bem-vindo no país⁶.

Diante de tal fato, Marini passaria para seu segundo exílio, desta vez no Chile. Nesse período, tornou-se dirigente do Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR)⁷ e se incorporou ao Centro de Estudos Socioeconômicos (Ceso) que, naquele tempo, era um dos mais importantes organismos de formação política e intelectual latino-americano, e contava em seus quadros, dentre outros, com os brasileiros Theotônio Dos Santos (1936–2018)⁸ e Vânia Bambirra (1940–2015)⁹.

Em 1972, ainda no Chile, Marini publicou aquela que é hoje reconhecida como uma das principais obras da teoria da dependência, o ensaio denominado *Dialéctica de la dependencia*, que inovou ao bus-

car explicar como a dependência constitui uma maneira específica de reprodução do capitalismo na América Latina, e lançou as bases para uma interpretação marxista da formação econômica e política latino-americana, destacando as contradições do capitalismo e as modificações operadas nas relações de produção das nações dependentes, de forma a assegurar a reprodução ampliada da dependência. Conforme formula Marini nessa obra: “a consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida” (MARINI, 2011b, p.147).

Com o golpe militar no Chile, em 1973, que instaurou a ditadura de Pinochet naquele país, Marini foi obrigado a passar à clandestinidade sob a proteção do MIR. Com a repressão cada vez mais forte naquele país, partiu para o seu terceiro exílio, retornando ao México, após um breve período no Panamá e na Alemanha. No México, aonde chegou sem documentos e apenas com uma pequena mala com itens pessoais, integrou-se rapidamente, com ajuda de outros exilados latino-americanos, ao Centro de Estudos Latino-Americanos na mesma Universidad Nacional Autónoma de México (Cela/Unam), ao qual permaneceria vinculado até ao final de sua vida.

Ao Brasil, Marini somente voltaria, em bases mais ou menos permanentes, conquanto jamais abandonaria intelectualmente o México, a partir da década de 1980, com o processo gradual de abertura da ditadura brasileira e a promulgação da chamada Lei da Anistia (Lei nº 6.683/1979). De volta ao Brasil, foi reintegrado à UnB, e, posteriormente, ligou-se a intelectuais e políticos como Darcy Ribeiro (1922-1997), Neiva Moreira (1917-2012) e Leonel Brizola (1922-2004). Seu retorno ao país natal, contudo, não deixou de ser decepcionante. Em suas memórias do período, Marini aponta, com desgosto, o que considerou a degradação da universidade pública brasileira após duas décadas de ditadura militar, e o isolamento da academia em relação à América Latina, com a diminuição do nível geral de qualidade





acadêmica, consumo excessivo das ideias da moda na Europa e nos Estados Unidos, e a formação de grupos de interesse – mesmo entre os setores considerados progressistas – na disputa por espaço e recursos da universidade (RODRIGUES, 2022).

Além disso, seu retorno ao Brasil fora precedido por uma dura crítica à Dialética de la dependência (MARINI, 1972), seu trabalho mais conhecido, afinal publicado no país em 1978. A crítica foi feita por Fernando Henrique Cardoso (FHC) e José Serra, no artigo *Desventuras da dialética da dependência* (1978). FHC acabara de voltar de um périplo acadêmico como professor visitante no Institut d'Études sur le Développement Économique et Social (Iedes), da Universidade de Paris, França, e, ainda, como professor visitante do Institute for Advanced Studies, da Universidade de Princeton, nos EUA. O artigo ajudou a consolidar a imagem do então candidato a senador pelo estado de São Paulo como um expoente da teoria da dependência no Brasil, e, até mesmo, como o seu possível criador. Marini, por seu turno, chegou a preparar uma tréplica ao artigo de FHC e José Serra, mas não conseguiu que fosse publicado no Brasil – segundo ele, porque FHC teria trabalhado ativamente, através de seus contatos acadêmicos e políticos, para impedir a difusão da sua resposta (MARINI, 2011a), em um período em que as possibilidades editoriais eram limitadas.

Marini faleceu em 1997, no Rio de Janeiro, vitimado por um câncer linfático que já há alguns anos vinha lhe impedindo de dar aulas e produzir adequadamente suas formulações teóricas, obrigando-o a passar vários meses convalescendo em razão dos efeitos da doença. Em suas últimas observações a respeito da realidade brasileira, Marini apontou a necessidade de que fosse reacendido o interesse pela escola da dependência, cujas principais formulações tinham sido produzidas, principalmente, nos anos 1970.

Essa retomada não deveria ocorrer, para o autor brasileiro, no sentido de reproduzi-la ou mesmo atualizá-la, mas sim para recriá-la e

transformá-la diante das novas conjunturas políticas e econômicas do mundo, depurando-a “seja de suas aderências funcionalistas e desenvolvimentistas, seja para avançar na análise dos processos de reestruturação do capitalismo mundial, impulsionados pela globalização, com profundos impactos sobre sua economia política e o sistema interestatal” (MARTINS, 2017, s/p). Isso poderia ser feito, a seu ver, pela reanálise do conceito de superexploração e de sua possível extensão aos países centrais em virtude das novas dinâmicas trazidas pela mundialização do capital com a disseminação em direção ao centro do modelo periférico que combina ilhas de alta tecnologia e trabalhadores superexplorados, gerando concentração massiva de renda (STAMPA; RODRIGUES, 2023, p. 9).

Em outras palavras, se a periferia jamais se moveria ao centro, parte significativa da massa trabalhadora e das relações sociais de produção de capital do centro seria empurrada, economicamente, para a periferia, com efeitos ainda não totalmente compreendidos.

Marini conceitua o capitalismo dependente a partir de suas observações sobre o ciclo de financiamento, produção e comercialização dessas economias em comparação com os países centrais e o menor investimento privado nas antigas colônias. Constatou também que o capital estrangeiro drenava recursos por meio de royalties, excedentes ou compra de maquinaria. No entanto, o cerne para compreender a extração dos lucros extraordinários dos grandes monopólios estaria na superexploração do trabalho, em especial por conta da população excedente de trabalhadores em diversas regiões latino americanas.

De certa forma, Marini propõe desdobramentos da lei do valor de Marx a partir das especificidades latino-americanas. Superexploração do trabalho e subimperialismo, devido às atrofias do mercado interno e o “desenvolvimento do capitalismo dependente”, fazem parte de um arsenal de categorias desenvolvido não só por Marini, mas também por Vania Bambirra, Theotônio Dos Santos e outros intelectuais, como buscamos indicar.



Osório (2018), Adrián Sotelo Valencia (2018) e Carlos Eduardo Martins (2018), referências do tempo presente da TMD, elaboraram interessantes respostas defendendo a atualidade da categoria de superexploração para definir a particularidade da dependência latino-americana. Osório e Valencia indicam que a superexploração seria uma terceira forma de exploração dentro da teoria do valor expandida no mercado mundial. Martins analisa as transformações contemporâneas do capitalismo e uma possível renovação da TMD sem abrir mão das principais categorias dos seus fundadores (FERNANDES, 2021):

Esse é um debate que, inclusive, tem transcendido as fronteiras latino-americanas. Pesquisadores ingleses do imperialismo contemporâneo, como John Smith (2015) e Andy Higginbottom (2009), a partir de investigações das cadeias de valor globais, sustentam que a superexploração é a base econômico-social do imperialismo no século XXI. [...] Portanto, mais que uma definição vinculada ao pauperismo, a superexploração, no capitalismo contemporâneo, seria algo mais “relativo” diante das diferentes condições sociais, econômicas e culturais das classes trabalhadoras (FERNANDES, 2021, s/p.).

Seja pela importância da obra de Marini e dos demais autores que elaboraram a *Teoria Marxista da Dependência*, seja pela necessidade de apreendermos as expressões da questão social na realidade concreta da América Latina e, em particular, no Brasil, articulada com o modo de produção capitalista que estabelece relações de subordinação e de subserviência no mundo de trabalho, expressando, assim, a perversidade da ordem burguesa, especialmente, em países capitalistas dependentes, como é o caso brasileiro, o que requer esforços para o entendimento da superexploração da força de trabalho, a chamada para o dossiê que ora apresentamos ao público recebeu diversas e muito significativas contribuições, que constituem os artigos publicados neste volume do *O Social em Questão*.

Em *Reflexões sobre a apreensão da Teoria Marxista da Dependência no Serviço Social brasileiro*, Maicon Cláudio da Silva e Davi An-

tunes da Luz realizam uma síntese das principais categorias da Teoria Marxista da Dependência, evidenciando a necessidade de entendê-las como um todo articulado e apresentam o estado da arte das pesquisas em Serviço Social, no Brasil, que se baseiam na TMD, em busca em teses e dissertações disponíveis no Portal da Capes, bem como por meio das principais referências citada nessas produções.

No artigo *O capital e o trabalho na formação socioeconômica brasileira do final do século XIX*, Ricardo Lara e Pablo Ramon Diogo abordam a transição do trabalho escravizado ao trabalho livre no Brasil, analisam a formação socioeconômica brasileira, com especial atenção ao período que vai da extinção do tráfico negreiro internacional (1850) à abolição da escravidão (1888).

Maurício Mulinari, na sequência, no texto *Imperialismo e dependência: particularidades e complementariedade do processo de acumulação de capital* apresenta as particularidades e a complementariedade entre o processo de acumulação de capital nos países imperialistas e nos países dependentes e, com base nas categorias desenvolvidas por Karl Marx na Crítica da Economia Política, reflete sobre a produção e reprodução das relações de dependência da economia latino-americana em uma linha de continuidade entre a teoria do imperialismo de Lenin e a teoria marxista da dependência de Ruy Mauro Marini.

Em *Superexploração e dependência na América Latina e no Brasil*, Vicente Rodrigues e Inez Stampa tratam sobre a situação de dependência econômica da América Latina e, em particular, do Brasil, demonstrando que países de capitalismo periférico contribuem para que, nos países de capitalismo central, a acumulação de riquezas dependa mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que da exploração do trabalhador. Por consequência, fenômeno inverso é registrado nas economias dependentes, em que a massa trabalhadora deve se sujeitar a formas mais radicalizadas de exploração a fim de manter, em nível avançado, o lucro das respectivas burguesias nacionais.





Ao abordar *A dinâmica contemporânea da acumulação do capital e seus desdobramentos para a classe trabalhadora no capitalismo dependente*, Cristiane Luiza Sabino de Souza, dialogando com autores clássicos do pensamento social latino-americano e contemporâneos atentos à realidade social numa perspectiva crítica, apresenta considerações sobre elementos históricos e estruturais que dinamizam a atual fase da acumulação do capital e impõem o aceleração das transformações tecnológicas digitais, com o objetivo de discutir os seus desdobramentos para a classe trabalhadora na particularidade do capitalismo dependente.

Atendendo à chamada do dossiê que também propôs reflexões acerca dos países de capitalismo periférico vitimados pelo imperialismo, Evandro Alves Barbosa Filho apresenta, em *Dèyèmòngenmòn: the construction of hunger in Haiti at the hands of capital*, a questão da fome de forma articulada com a reprodução internacional do sistema capitalista, com destaque para os dados sobre a fome no Sul Global, em particular no Haiti. Revela formas variadas de opressão que, associadas a desastres naturais, levaram ao recrudescimento da fome no país caribenho. Conclui que somente a luta anticapitalista pode levar à superação desse quadro.

Nessa mesma linha, o artigo intitulado *As determinações do imperialismo sobre a produção e as relações de trabalho na particularidade brasileira*, de Davi Machado Perez e Rodrigo Fernandes Ribeiro, realiza uma análise das determinações do imperialismo sobre o capitalismo dependente brasileiro, retomando a gênese escravista e o desenvolvimento da luta de classes, com dados sobre as relações de trabalho precárias, terceirizadas, com forte presença da informalidade e do desemprego, relacionadas com o predomínio dos setores econômicos primário-exportadores.

Claudia Maria Costa Gomes e Nivalter Aires Santos problematizam os desdobramentos da crise capitalista internacional e do ajuste permanente sobre a força de trabalho no Brasil (como medida contraten-

dencial à queda das taxas de lucro) no texto denominado *Crise, ajuste permanente e rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho no Brasil*. Suas análises indicam que o resultado desse processo tem sido um ajuste no sentido de contornar a crise através de ataques aos direitos dos trabalhadores, redução do acesso a serviços públicos e subtração do financiamento de direitos sociais.

Em *Colonização, patriarcado e racismo: uma análise feminista e antirracista de um Brasil oculto e pungente*, a autora Mirla Cisne Alvaro aborda, a partir de perspectiva feminista e antirracista, a acumulação primitiva no desenvolvimento desigual e combinado do capital, no período de colonização brasileira, com ênfase na escravidão de mulheres. Com base na imbricação das relações sociais de sexo, raça e classe na formação brasileira, demonstra que as marcas de dependência e desigualdade social são mediadas, estruturalmente, pelo racismo e patriarcado.

Na mesma linha, o artigo intitulado *Não é amor, é trabalho não pago: uma análise sobre mulheres no trabalho do cuidado na sociedade capitalista*, de autoria de Cláudia de Oliveira Vicente, Ana Lole e Carla Cristina Lima de Almeida, analisa a centralidade do trabalho nos afazeres domésticos e do cuidado nos marcos da sociedade capitalista dependente, considerando as dimensões de gênero-raça-classe no trabalho do cuidado, concluindo que, a partir de determinantes históricos da exploração-opressão de gênero-raça-classe, as mulheres são levadas a experimentarem mais profundamente as condições de subalternização.

Abordando as particularidades da realidade brasileira, o artigo *Trabalho e capitalismo: particularidades da formação social na Amazônia e desigualdade social*, elaborado por Joana Valente Santana, Vera Lúcia Batista Gomes e Benedito de Jesus Pinheiro Ferreira, caracteriza a condição de dependência da inserção do Brasil como país periférico no desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, enfatizando as particularidades da Amazônia e o padrão produtivo dessa região, que



tende à produção de commodities minerais e agrícolas, com consequências negativas na vida social de trabalhadores assalariados e dos povos e comunidades tradicionais, que padecem da precariedade dos serviços ofertados pelo Estado.

Dando sequência à temática, Reginaldo Ghiraldelli e Isabella Reis Silva apresentam, no texto *Trabalho escravo contemporâneo na realidade do Distrito Federal*, as repercussões do trabalho escravo contemporâneo na realidade do Distrito Federal, com o objetivo de analisar sua incidência e formas de enfrentamento. A pesquisa apresentada identificou medidas de reinserção no mercado de trabalho caracterizadas predominantemente pelo incentivo ao empreendedorismo, o que reforça uma perspectiva neoliberal de culpabilização e responsabilização individuais.

Em *Mineração extrativista e pandemia da Covid-19: reflexões a partir da Região do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais*, Kathiúça Bertollo demonstra como a mineração extrativista no período pandêmico foi considerada atividade essencial pelo governo federal, o que permitiu que ocorresse sem interrupções por parte das mineradoras, acumulando um expressivo registro de violações de direitos trabalhistas e sanitários, contaminações e mortes.

Direito à cidade no capitalismo dependente: condicionantes histórico-estruturais na formação urbana brasileira, de autoria de Patrick Almeida Soares e Márcia Bastos de Araújo, traz reflexões a respeito das condicionantes histórico-estruturais da formação socioespacial urbana brasileira, refletidos, sobretudo, no fundamento da concentração fundiária e da superexploração da força de trabalho, restando demonstrado como as trocas desiguais e os mecanismos de compensação adotados pelas economias dependentes marcam o cotidiano das cidades no Brasil atual.

Com o artigo *Reflexões sobre escravidão contemporânea e o 'verdadeiro custo' do fast fashion*, Adriana Kirley Santiago Monteiro, Rafael Fernandes de Mesquita, Elane dos Santos Silva Barroso e Johannes de

Oliveira Lima Júnior realizam discussão sobre a escravidão contemporânea a partir da precarização do trabalho e da vida social, utilizando a análise de um documentário sobre fábricas de *fast fashion*.

Compondo a Seção Livre, com o texto *Home office: as dimensões objetiva e subjetiva da precarização do trabalho*, os autores Caroline Melo Nunes, Luciana Rodrigues Ferreira, Nubia Fernanda Santos da Silva Campos e Laurimar de Matos Farias analisam o cenário do trabalho remoto de representantes de produtos farmacêuticos, visando identificar os fatores que mais influenciam nas dimensões objetiva e subjetiva da precarização dessa modalidade laboral, sob a ótica desses profissionais.

Na mesma seção, o trabalho intitulado *Mulheres na agricultura do cacau: uma revisão sistemática à luz da Agenda 2030 da ONU e suas implicações para a Amazônia Paraense*, elaborado por Gisele de Aguiar Lima, Nathália Thaís Cosmo da Silva, Bianca Diniz da Rocha e Ivonete da Silva Lopes, examina a representação das mulheres na agricultura do cacau em publicações científicas, relacionando-a com a Agenda 2030 da ONU na Amazônia Paraense. O estudo destaca as preocupações globais e a escassez de pesquisa no Brasil, evidenciando as vulnerabilidades de gênero no Norte do país.

Finalizando o dossiê, a resenha crítica *Vania Bambirra e o capitalismo dependente latino-americano*, escrita pela autora Selma de Fatima Santos, apresenta e tece reflexões sobre a obra *O Capitalismo dependente latino-americano*, de Vania Bambirra, destacando o resultado de um intenso e fecundo trabalho de pesquisa de Bambirra sobre as relações de dependência na América Latina. O livro resenhado foi escrito entre 1968 e 1970, quando Vania Bambirra esteve exilada no Chile e atuava como membro do Centro de Estudios Socio-econômicos (Ceso) na Universidade do Chile.

Como se pode observar, são reflexões que, do ponto de vista da crítica da economia política, dialogam com a realidade brasileira e latino-americana, trazendo à lume a crise capitalista contemporânea



e seus impactos no trabalho, em seus aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, além das novas formas de organização e regulamentação do trabalho, processos de precariedade de diversas ordens, inclusive os que afetam as mulheres trabalhadoras, a juventude, bem como a busca pelo equilíbrio entre o suprimento das necessidades humanas e a preservação dos recursos naturais. Nesse sentido, são contribuições que, a partir de diversos enfoques e objetos, apropriam-se de elementos da Teoria Marxista da Dependência e se ligam pela perspectiva da luta de classes.

Referências

FERNANDES, Luís Eduardo. *A teoria da dependência: 50 anos depois*. A Terra é redonda. 18/01/2021. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-teoria-da-dependencia-50-anos-depois/>. Acesso em: 20 abr. 2024.

FRANK, André Gunder. O desenvolvimento do subdesenvolvimento. *Monthly Review*, vol. 18, nº 4, setembro de 1966. Disponível em: http://beneweb.com.br/resources/Teorias_e_experi%C3%AAs_de_desenvolvimento/7%20Andr%C3%A9%20Gunder%20Frank%20O%20desenvolvimento%20do%20subdesenvolvimento.pdf. Acesso em: 8 abr. 2024.

KATZ, Cláudio. *A teoria da dependência: 50 anos depois*. Tradução: Maria Almeida. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

LARA, Ricardo. A dialética do trabalho: apontamentos sobre a teoria marxista do valor. Herramienta. *Revista de debate e crítica marxista*. 07/09/2015. Disponível em: <https://www.herramienta.com.ar/a-dialetica-do-trabalho-apontamentos-sobre-a-teoria-marxista-do-valor>. Acesso em: 28 abr. 2024.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. México: Ediciones Era, 1972.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2011b.

MARINI, Ruy Mauro. Memória. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2011a.

MARTINS, Carlos Eduardo. *A teoria da dependência*, 20 anos depois de Ruy Mauro Marini. Blog da Boitempo, São Paulo, 13 jul. 2017. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/07/13/a-teoria-da-dependencia-20-anos-depois-de-ruy-mauro-marini/>. Acesso em: 10 set. 2023.

RODRIGUES, Vicente A. C. *O governo invisível e a democracia dependente*. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

SERRA, Jose; CARDOSO, Fernando Henrique. *Desventuras da dialética da dependência*. São Paulo: Cebrap, 1978. Disponível em: https://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/as_desventuras_da_dialectica_c.pdf. Acesso em: 11 abr. 2024.

STAMPA, Inez; RODRIGUES, Vicente A.C. Democracia e dependência no Brasil: notas sobre um naufrágio anunciado. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, Textos & Contextos Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 1-18, jan.-dez. 2023.

Notas

- 1 Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (TRAPPUS), registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (DGP/CNPq). Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq. ORCID: orcid.org/0000-0003-3770-1129. E-mail: inezstampa@gmail.com.
- 2 Professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis/SC, Brasil. Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas: Trabalho, "questão social" e América Latina (Brasil/NEPTQSAL). Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq. ORCID: orcid.org/0000-0003-1631-8227. E-mail: ricardolarauf@gmail.com.
- 3 Doutor em Direito. Pesquisador Associado do Laboratório de Estudos Institucionais (LETACI) da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Grupo de Pesquisa Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (TRAPPUS), ambos registrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (DGP/CNPq). ORCID: [Orcid.org/0000-0002-7628-8085](https://orcid.org/0000-0002-7628-8085). E-mail: vicenteacr@yahoo.com.br;
- 4 Fundada em 1961, a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop) foi uma organização da esquerda brasileira, contrária à linha do Partido Comunista Brasileiro (PCB) de coexistência pacífica na luta de classes. Integrada majoritariamente por intelectuais e estudantes, atuava com mais destaque em





São Paulo, Minas Geras e Rio de Janeiro, com o objetivo de criar condições para o surgimento de um partido revolucionário da classe operária. Destacou-se por suas análises críticas sobre o processo de desenvolvimento da sociedade brasileira e pela influência que exerceu sobre outros grupos marxistas. No período da ditadura militar brasileira (1964-1985), deu origem a vários grupos de resistência armados, como o Comando de Libertação Nacional (Colina), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o Partido Operário Comunista (POC) e a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). A partir dos anos 1970, com o incremento da repressão estatal e ocorrência de várias cisões internas, perdeu relevância na orientação da esquerda brasileira.

- 5 O sociólogo e ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso defende ter sido ele o criador da Escola.
- 6 O ano de 1968, que ficaria internacionalmente marcado pelas revoltas estudantis em múltiplos países, incluindo o Brasil, a França e os Estados Unidos, assumiu proporções particularmente dramáticas no México, onde o governo executou centenas de estudantes e manifestantes civis no chamado “Massacre de Tlatelolco”. O massacre ocorreu dez dias antes da abertura das Olimpíadas na Cidade do México.
- 7 O Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), fundado em 1965, no Chile, foi uma organização com viés político marxista-leninista e guevarista. Foi bastante influenciado pelo modelo político surgido com a Revolução Cubana. Em seu auge, no ano de 1973, pouco antes do golpe de Estado ocorrido no Chile naquele mesmo ano, contava com aproximadamente 10 mil integrantes.
- 8 Economista brasileiro e um dos formuladores, juntamente com Marini, da escola denominada Teoria Marxista da Dependência. A partir dos anos 1970, desenvolve reflexões, sem refutar a Teoria da Dependência, relacionadas à chamada Teoria do Sistema-Mundo, que analisa globalmente as relações centro-periferia no âmbito do sistema capitalista de produção.
- 9 Socióloga, cientista política e economista brasileira, juntamente com Marini e Dos Santos uma das formuladas da Teoria Marxista da Dependência. Mais conhecida no Brasil pelos livros *A teoria marxista da transição e a prática socialista* (1993) e *O capitalismo dependente latino-americano* (1970).